

AS GENTES, OS ESPAÇOS E AS VISÕES DE DESENVOLVIMENTO

Luiz Antonio da Costa Pereira

RESUMO: Este trabalho procurou sintetizar reunindo de alguma forma alguns fragmentos de compreensão acerca da temática do meio ambiente. O homem parte integrante do sistema ambiental, particularmente aquele homem que está colocado mais próximo e por isso mais atento aos ecossistemas, tem importante contribuição a trazer para o debate de planejamento e meio ambiente. De outra forma seu "habitat", cultura, organização social e modos de produção, serão afetados por planos e mais planos de desenvolvimento, que podem resultar em benefícios sim, mas de um fracionamento desigual, principalmente aos menos esclarecidos e menos representados nos fóruns decisórios do país. Procuramos coletar da bibliografia, e mais a experiência pessoal, o que de mais representativo no campo das idéias tem sido publicado regularmente, com o intuito de contribuir para discussão do tema que de uma maneira ou de outra nos afeta a todos. Falamos sobre as gentes e sua caminhada no planeta Terra, como é tecida a malha do desenvolvimento a quem atinge e para quem pode servir; a importância do uso racional dos recursos naturais, os resultados do desenvolvimento desigual promovido pelo sistema sócio econômico predominante, e as possibilidades de vir a ocorrer transformações nas sociedades para se atingir níveis aceitáveis de justiça social, representados pelos resultados de melhor distribuição dos recursos econômicos gerados pela humanidade. Acima de tudo procuramos aspirar e desejar como podem melhorar as gentes, os espaços e as visões de desenvolvimento para todos.

PALAVRAS-CHAVES: meio ambiente, homem, planejamento, cultura, desenvolvimento, sócio- econômico.

ABSTRACT: This essay is reuniting comprehension fragments about the environment theme. The man, part of the environment system, particularly the man who is closer and aware to the environment debate. In other words, his habitat, culture, social organization and means of production, are going to be affected for many development plans, which can result in benefits, but just for the well-represented in this country's forums. We have tried to collect from bibliography, and from personal experience, the more important things on the field of ideas, with the purpose to contribute for this essay discussion, wich no matter what affects us. We have been talking about people and their life in Earth, how the development contributes and who it can contribute, the importance of the rational use of natural resources, the results of the unequal development promoted by the social-economical system, and the possibilities of transformations in society resulting in acceptable levels of social justice represented by the results of better distribution of economical resources made by humanity. On top of that we are looking for the enhacement of people, the spaces and visions of development for all.

KEY WORDS: Environment, Man, Planning, Culture, Development, Social-Economical

'Na visão primitiva, a terra não é algo que pode ser dividido em partes e vendida como lotes. A terra não é uma parte do espaço existindo dentro de um sistema maior. Pelo contrário, ela é vista em termos de relações sociais. As pessoas, como uma parte da natureza, estão intimamente ligadas à terra. (...) Não é privativamente dividida nem possuída. Além disto, ela é viva como os espíritos e a história das pessoas, e os lugares sobre ela são sagrados.' (Robert Sack)

Introdução

Geralmente com importância secundária nas planilhas estatísticas oficiais e sem muita significância para os investidores empresariais, grupamentos humanos formando comunidades tradicionais, sofrem certo isolamento e preconceito por parte daqueles idealizadores do planejamento racionalizado. Sem compreender as formas culturais de expressão desses povos, sua organização social e modos de produção, os ditos planejadores modelam intervenções a título de desenvolvimento regional que na maioria das vezes tem agravado sua situação social.

Em nome do regime sócio-econômico vigente, terras antes primitivas são apropriadas, loteadas, degradadas e postas a serviço de processos produtivos que em instância final buscam a acumulação de riqueza monetária. Essa busca e pressão sobre os recursos naturais, ao contrário de ser conduzida com a racionalização necessária, é praticada veloz e intensamente, vindo a causar a extinção daqueles recursos em algumas regiões e em outras o seu comprometimento qualitativo e quantitativo.

Ao mesmo tempo em que são afetados os meios físico e biótico do meio ambiente, as pessoas também o são, quando não diretamente por prejuízo à sua saúde, indiretamente através dos prejuízos impostos ao meio sócio-econômico - ou as formas de uso e ocupação do solo ocorrentes em sua região. Em se tratando de uma região de ecossistemas frágeis, incluindo aqui seus habitantes, isto pode se tornar muito mais problemático, caso não tenham suficiente discernimento e

esclarecimentos para perceber que estão recebendo pressões indevidas, em nome do progresso e do desenvolvimento econômico.

Há desenvolvimentos e desenvolvimentos, aquele que busca perpetuar a intermediação dos meios de produção, se apropriando das terras e dos recursos naturais, apoiados por leis e poderes por eles mesmos criados, não parece ser o mais adequado para a harmonização de todos os seres e componentes do meio ambiente.

Simultâneo à compreensão e busca pelo homem da sua integração ao meio ambiente, deve se colocar em discussão a compreensão entre os próprios homens, fazendo as indagações corretas acerca das melhores formas de desenvolvimento social e econômico a serem aplicadas e que venham a beneficiar a todos os habitantes do planeta Terra, e não apenas aos detentores do capital.

Se conforme o Princípio Antrópico aplicado ao Universo “aquilo que vemos é da forma que é, pois se assim não o fosse, não estaríamos aqui para vê-lo” (Hawking, 1989), o homem é sim também meio ambiente, matéria na pior das hipóteses que tem papel fundamental na construção de seu próprio caminho e “universo”, e um fatal receptor dos resultados maléficos ou benéficos de todas suas práticas. Esperemos que as gentes, os espaços e as visões possam ser harmonizadas para a continuidade da construção da humanidade e de todo o meio ambiente.

Gentes e Espaços (Homem e Meio Ambiente)

Partindo inicialmente da situação do *Homo Sapiens* no espaço terrestre, após um longo período de evolução biológica e cultural, este foi capaz de construir sua história e ultrapassar as provas à sua sobrevivência. Naqueles primórdios, naturalmente posicionado com os espaços e a vida circundante, obtinha sua visão particular desse ambiente na medida em que experimentava a sua interação com ele. Longe ainda de questionamentos acerca de sua participação ou integração no meio ambiente, vivia e se transformava com ele.

Com o acentuamento dessas transformações originadas daquela interação, do homem e do meio ambiente (não levando em conta aqui outros processos naturais de grande magnitude de transformação do meio ambiente), os espaços foram sendo afetados em sua aparência e essência, resultando então como os espaços das gentes. Ou melhor como os lugares, já que é o lugar e não o espaço, que as pessoas vivenciam; primitivamente a terra não era dividida existindo através das relações sociais; pertencer a uma terra ou a um lugar é pertencer a um conjunto

social. Junto com a terra está a história e a cultura das pessoas (Sack, *Apud* Smith, 1988). O espaço e seu uso (mítico e material) não são diferenciáveis enquanto espaço social e físico (Smith, *op.cit.*).

Mesmo que o homem da história não pensasse (ou não estivesse interessado em indagar) sobre sua harmonia com a natureza, se estava ou não integrado a ela, se era parte integrante dela, ele permanecia no meio ambiente, estreitado com ele dependia dele para sua sobrevivência. Modernamente o conceito universal de natureza, integra a dualidade natureza exterior e natureza humana na totalidade da natureza, tudo se resumindo à matéria; em sua essência a natureza é material. Quando se fala em inserção genética do homem na natureza se está novamente contrastando o homem com a natureza, continua-se com o mesmo problema da dualidade da natureza, a que está fora dos seres humanos e a que os inclui (Smith, *op. cit.*)

Com a evolução das necessidades humanas, conforme a cultura se transformava com a introdução de outras variáveis não tanto primitivas, essas as variáveis políticas e econômicas, novas transformações advinham para os lugares; resultando em outras configurações com a produção de novos ambientes. O homem realizava essa produção, colocando-se agora numa posição central à natureza, já num quadro de acumulação de riqueza material, denominada desenvolvimento econômico, evidenciando a produção da natureza; a contradição entre espaço físico e espaço social é uma determinante criada pelo homem moderno (Smith, 1988)

Essa visão utilitarista do meio ambiente, dos seus recursos naturais, pelo homem acentuar-se-ia ao longo da história da modernidade, com o advento da hegemonia de sistemas político-econômicos mais complexos, baseados em controles sociais e inovação tecnológica, visando o acúmulo de excedentes produtivos; a partir daí estaria em permanente questionamento que tipo de relacionamento haveria de evoluir entre o homem e o meio ambiente.

Espaços e Visões (Meio Ambiente e Desenvolvimento)

A variada composição ecossistêmica dos espaços possibilitou ao homem a utilização de seus recursos naturais, bióticos e abióticos, nem sempre sabiamente, para a satisfação de suas necessidades materiais. as suas incipientes necessidades de alimentação e abrigo, inicialmente, dos primeiros tempos exerciam uma pressão

relativa pequena. quando dos acréscimos populacionais significativos em algumas regiões do planeta terra, tornou-se necessária a implantação de assentamentos urbanos, aumentando em muito a necessidade de alimentos, água e material para construção de moradias, além da necessidade da disposição de dejetos e resíduos em geral.

Estava iniciada então uma forte pressão antrópica sobre o meio ambiente. era então necessária uma mínima ordenação acerca dos processos de produção e de consumo para a sobrevivência das populações. ao longo desse período evolutivo tem-se aplicado variadas visões de modelos de desenvolvimento, buscando a melhoria da condição humana, pelo menos no que se refere ao aspecto material.

O modelo aplicado nas duas últimas décadas promoveu uma dramática reestruturação do espaço, tendo como resultantes: desindustrialização e declínio regional, gentrificação e crescimento extrametropolitano, industrialização do terceiro mundo, nova divisão internacional do trabalho, intensificação do nacionalismo e nova geopolítica de guerra, como ações de desenvolvimento integrado demonstrando profunda transformação espacial, como premissa do capitalismo (Smith, 1988)

O resultado desse modelo foi o desenvolvimento desigual com padrões geográficos determinados e peculiares; expressando a sistemática das contradições inerentes à própria construção e estrutura do capital; por sua vez derivada da diferenciação e simultânea igualização dos níveis e condições de produção do capitalismo (Smith *op. cit.*)

A procura de expansão do capital provoca o seu deslocamento constante, resultando em desenvolvimento desigual do capitalismo, expressando geograficamente a contradição entre valor de uso e valor de troca (Smith *op. cit.*)

O capitalismo realiza a produção do espaço, integrando mais completamente sociedade e espaço na teoria do desenvolvimento desigual, nas reais escalas espaciais, gerando a coerência desse desenvolvimento; também realiza a produção da natureza como resultado da aplicação desse modo de produção; em consequência disso os problemas da natureza, do espaço e do desenvolvimento desigual são colocados juntos pelo próprio capital; o desenvolvimento desigual é o processo e o padrão concreto da produção da natureza sob o capitalismo (Smith, *op. cit.*)

Essa análise dramática e realista nos leva a pensar que alternativas teríamos além do modelo capitalista, para diminuir a pressão sobre a utilização dos recursos naturais e reduzir o sofrimento das pessoas excluídas dessa geografia de desenvolvimento.

Visões, Espaços e Gentes (Desenvolvimento, Meio Ambiente e Homem)

Até agora vimos que a visão de modelo de desenvolvimento gerado para as gentes nos seus espaços, ou mais apropriadamente lugares, trouxe aquele resultado desigual para as diferentes regiões. Aquele modelo calcado apenas na forma acumulativa de renda, desconsidera outras análises históricas que poderiam apontar alternativas mais pertinentes de desenvolvimento ou visões de desenvolvimento, fundamentadas nas características mais evidentes de determinada região; por exemplo sua complexa dinâmica social e seu relacionamento com outras visões (de desenvolvimento) (Hémery *et al.*, 1993).

Considerações das mais fundamentais em qualquer projeto de desenvolvimento se deve dar às características culturais locais, utilizando a pesquisa etnográfica, para compreender o funcionamento daquelas sociedades e seus valores intrínsecos; suas visões pessoais, seu estágio de evolução, seus desejos de transformação, etc. No caso de pequenos grupos o método da geografia permitirá o empreendimento de pesquisa que resulte na compreensão da formação do espaço vivido, da organização primeira da comunidade, da busca da codificação do espaço, visando compreender aquele grupo; análise de sua organização social e modos de produção.

Apenas com esse exemplo torna-se claro que não será com apenas aqueles modelos originários do planejamento racional que chegaremos a visões (de desenvolvimento) que atendam a tudo e a todos ao mesmo tempo e hora simultâneos; havendo que se analisar as características locais e regionais para aplicação de modelos consistentes e de verdadeira profundidade acerca das dimensões social e cultural.

O atual modelo concentrador de renda, o capitalismo, quando examinado e suportado por toda a análise histórica efetuada acerca do desenvolvimento da utilização de energia, [por exemplo] a grosso modo como um modelo semelhante a outros mais antigos - forças de elite suportadas por forças militares conduzindo a

exploração do trabalho e da energia em diferentes regiões do Planeta - apresenta características perversas que têm trazido o denominado desenvolvimento desigual a variadas regiões, privilegiando umas e condenando outras às penúrias alimentares e energéticas [por exemplo] (Hémery *et al.*, *op. cit.*). Está bastante claro que o capitalismo é dominador dos sistemas energéticos mundiais, [ou outros sistemas produtivos] impondo sua lógica acumulativa conforme os interesses dos investimentos realizados em variadas regiões globais, o que vem ocasionar a desigualdade de desenvolvimento regional. Este domínio desenvolve-se através de um duplo mecanismo de exclusão, que atravessa todas as fronteiras nacionais, geográficas ou étnicas do Terceiro Mundo; integração pela extensão de ramificações radiais, do centro capitalista para a periferia; exclusão de vastas zonas condenadas à miséria e a uma marginalização crescente (Hémery, *et al.*, *op.cit.*).

Quadro triste e desalentador resultante do modelo de desenvolvimento vigente; no entanto a busca por novas visões de desenvolvimento deve prosseguir, considerando a imensa massa excluída e sequiosa de justiça social.

A Harmonização da Vida (Homem, Meio Ambiente e Desenvolvimento Harmonizados)

Então o que fazer para o atendimento às variadas necessidades de desenvolvimento para variadas regiões com parcimoniosa pressão ao meio ambiente e ao homem?

Tem-se escrito bastante acerca do denominado desenvolvimento sustentável do qual o maior problema é a correta análise e dimensionamento da variável intergeracional; outro aspecto relevante por sinal descuidado no desenvolvimento sustentável é a questão econômico-espacial. O desenvolvimento sustentável singulariza-se por considerações temporais, dando ênfase às relações "intergeracionais". Privilegia, territorialmente o âmbito do global, desconsiderando a sua variada abrangência, com imbricações que envolvem todas as escalas geográficas: desde a mundial, passando pela nacional, até a regional e a urbana. Quando objetiva voltar-se para o regional, procede apenas casuística e pontualmente. Seus pontos fortes servem para complementar programas da valorização regional. Neste sentido, é possível identificar pelo menos quatro importantes utilidades derivadas do desenvolvimento sustentável: servir de

referência circunscrita à avaliação de impactos sócio-ambientais potencialmente deflagráveis por projetos de atividades diretamente produtivas e de infra-estrutura econômica, detectando a necessidade de medidas e investimentos adicionais compensatórios e de minimização dos efeitos negativos e maximização das externalidades positivas; estabelecer diretrizes de orientação à elaboração de projetos econômicos; particularizar áreas adequadas ou não à implantação de determinadas atividades econômicas (zoneamento econômico-ecológico); criar incentivos para projetos ambientalmente recomendáveis (Costa, 1997).

Outras alternativas são colocadas para novos modelos de desenvolvimento que venham a harmonizar homem e meio ambiente, considerando a necessidade de ir além da história natural da sociedade, produzindo uma autêntica história social, evitando assim a completa obliteração da natureza e da sociedade, e da natureza com ela. Apesar da idéia de controle do capitalismo sobre a natureza, isto é apenas um sonho (dele capitalismo). Focalizado no humano e no verdadeiro, o controle social sobre a produção da natureza, seria a realização do socialismo (Smith, 1988).

Nessa mesma linha se alterna modelo semelhante, visando se libertar do poder e da violência, do domínio das empresas multinacionais, da lógica fatal e guerreira, de vitória possível sobre a natureza; e também uma reavaliação das posições relativas dos trabalhadores nos processos de produção rural e urbano. Implícito a esse modelo estaria o respeito à diversidade dos ecossistemas e à diversidade das capacidades e das necessidades humanas; e uma socialização efetiva da energia [ou qualquer outro produto] e não a sua privatização (Hémery *et al.*,1993).

Proposta mais moderna, Pós-Queda-do-Muro, mas também considerando a valorização humana como imprescindível para essa realização; se caracteriza pelo estabelecimento de nova ordem, qual seja aquela que contemple as políticas de valorização da vida, as políticas emancipatórias, a politização do local e a politização do global; a participação democrática, a humanização da tecnologia, a desmilitarização e o sistema pós-escassez; o que conduziria conforme o modelo, a uma ordem global coordenada, a um sistema de cuidado planetário, a uma organização econômica socializada e à transcendência da guerra. Ou decidimos a trabalhar as possíveis alternativas de desenvolvimento para todos ou optemos a enfrentar os riscos de alta-conseqüência: o crescimento do poder totalitário, a deterioração ou desastre ecológico, o colapso do crescimento econômico e o conflito nuclear ou guerra de grande escala. Esse alerta serve para aquela diretriz de

acumulação indefinida, e as “exterioridades” que os mercados ou não tocam ou influenciam adversamente - tais como as aborrecidas desigualdades globais - que podem revelar implicações socialmente explosivas (Giddens, 1991).

Conclusão

Esse trabalho não teve o intuito de ser conclusivo no sentido de trazer alternativas prontas e adequadas acerca de tema tão complexo como é o desenvolvimento regional e o meio ambiente. No entanto procurou colocar em cheque as alternativas atuais de desenvolvimento, principalmente a do crescimento econômico através do capitalismo que não tem beneficiado a imensa maioria dos povos da Terra.

O objetivo de atingir uma melhor qualidade de vida para todos num ambiente de globalização altamente competitivo onde milhares e milhares de postos de trabalho são encerrados todos os dias, parece ser um tanto utópico por causa das premissas básicas do capitalismo: concentração; igualização- diferenciação nos investimentos que redundam no desenvolvimento desigual.

No entanto há que se considerar alternativas outras que não apenas aquelas do planejamento racionalizado que atende aos grupos mais esclarecidos e poderosos. Há que se considerar a realidade das múltiplas populações tradicionais, discutindo o melhor a ser feito, agindo corretamente com essas populações, analisando com profundidade e com olhar especial e ação especial, respeitando a sua cultura, organização social e seus modos de produção. Procurando contemplar essas comunidades tradicionais em segmentos do desenvolvimento regional, concernentes ao seu modo de vida e como dignos guardiães de ecossistemas portentosos.

Com a base de recursos naturais fortemente pressionada será necessário a redução do consumismo, e o desenvolvimento de novas tecnologias para melhor aproveitamento daqueles recursos e reciclagem de materiais utilizados. Também uma redução do controle dos meios de produção e do comércio mundial que é mantido, pelos países mais poderosos, com proteções tarifárias e outras restrições, o que mantém a expansão de seus negócios, beneficiando-se ainda das desigualdades de preços e salários regionais (globais).

Assim todas as gentes e todos os espaços poderão ser conduzidos na construção da harmonização da vida e da natureza, sem a dominação, apropriação e preponderância de sistemas sócio-econômicos sobre a natureza e sobre as pessoas.

Referências bibliográficas

COSTA, J.M.M. da. Desenvolvimento sustentável, globalização e desenvolvimento econômico. In: XIMENES, T. Perspectivas do Desenvolvimento Sustentável: uma contribuição para a Amazônia 21. Belém: NAEA/UPFPA/SUDAM, 1997. p. 71-114.

GIDDENS, A. As conseqüências da modernidade. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1991. 177 p.

HAWKING, S.W. Uma breve história do tempo: do big bang aos buracos negros. 19. ed. Trad. de Maria Helena Torres. Rio de Janeiro: Rocco, 1989. 262p.

HÉMERY, D., DEBEIR, J.-C., DELÉAGE, J.-P. Uma história da energia. Trad. e atual. por Sérgio de Salvo Brito. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1993. 440p.

SMITH, N. Desenvolvimento desigual: natureza capital e a produção de espaço. Trad. de Eduardo de Almeida Navarro, Coord. Ed. de Antônio de Christofolletti. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988. 250p.